



NELSON LIMA NETO
nelson.neto@extra.inf.br

Com **BRUNO DUTRA** bruno.dutra@extra.inf.br

Servidor

MP: 60 ações contra o Poder Público por danos de R\$ 48 bi

Em uma década, órgão estima o prejuízo mínimo ao Estado do Rio. Maior ação é a das isenções fiscais

A FALÊNCIA DO ESTADO



► O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) estima que, entre 2006 e 2016, cerca de 60 ações civis públicas foram movidas no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) contra o Poder Público — órgãos da administrações direta e indireta e gestores estaduais. O cálculo inicial do

órgão indica que, no mínimo, R\$ 48 bilhões estão sob investigação. As ações estão sob a responsabilidade do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Cidadania. Para a promotora Patrícia Villela, coordenadora do centro, este é apenas um primeiro levantamento para unificar as ações ajuizadas contras o governo do estado.

— Somos direcionados pelo que recebemos da população. A partir daí,

analisamos possíveis desvios. Os processos, porém, precisam respeitar as regras previstas na Justiça — disse.

Dos temas envolvidos nas denúncias, o central, neste momento, é a investigação sobre as isenções fiscais. Há pouco mais de um mês, o MP-RJ conseguiu uma liminar para suspender a concessão de novos benefícios. Para Patrícia, o resultado alcançado com a ação civil pública que congelou as isenções é uma vitória diante das dificuldades enfrentadas.

— São temas complexos, que precisam de estudo e investigação. Hoje, infelizmente, há uma restrição de mão de obra. Um exemplo é a investigação que estamos fazendo sobre o

Rioprevidência. Temos dezenas de documentos em inglês para traduzir, e isso custa caro. São as barreiras que existem — explicou a promotora, adiantando que o MP investiga uma ope-

INVESTIGAÇÃO

Operação do Rioprevidência, nos EUA, está na mira do órgão

ração feita pelo Rioprevidência, em 2015, nos Estados Unidos.

Em meio à crise e à necessidade de se aproveitar os recursos da melhor forma possível, a promotora pediu a

contribuição da sociedade:

— Quanto mais as pessoas se organizarem para oferecerem denúncias, melhor. A ouvidoria existe para isso. A fiscalização é essencial. Há casos em que os recursos foram usados de acordo com a lei. Em outros, não.

GRUPO ANTI-CORRUPÇÃO

O Ministério Público vai formalizar, nos próximos dias, a criação do grupo anti-corrupção. O objetivo é receber denúncias e averiguar possíveis irregularidades. Serão 11 promotores públicos indicados pelo procurador-geral de Justiça, Marfan Vieira. Os trabalhos deverão começar nas próximas semanas.